

Iceland   
Liechtenstein  
Norway grants

Programa **Ambiente** em Ação  
**Environment** Programme in Action



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

---

AMBIENTE E  
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A 18 de julho de 2017, realizou-se nas instalações da Secretaria Geral do Ambiente o Workshop Reflexão Estratégica para a identificação das principais oportunidades de financiamento nas áreas de intervenção prioritária em que o Programa ‘Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono – Programa Ambiente’ pode atuar.

O ‘Programa Ambiente’ é um instrumento de financiamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE 2014 – 2021) com uma dotação total de mais de 28 milhões de euros dos quais cerca de 4,2 milhões de euros são contrapartida nacional.

O objetivo do ‘Programa Ambiente’ é assegurar o bom estado ambiental dos ecossistemas em Portugal e reduzir os efeitos adversos da poluição e das atividades humanas nocivas ao ambiente, abrangendo as áreas programáticas do MFEEE<sup>1</sup> ‘[Ambiente e Ecossistemas](#)’ (PA11) e ‘[Alterações Climáticas, Mitigação e Adaptação](#)’ (PA13). [Innovation Norway](#) (IN) é o parceiro do país doador.

O número 0 desta coleção **Programa Ambiente em Ação** descreve os principais contributos dos atores-chave (*stakeholders*).

## 1. CONTEXTO

De acordo com o ‘*Memorandum of Understanding on the Implementation of the EEA Financial Mechanism 2014-2021*’, deve ser dada especial atenção a:

- a) Economia Circular, com particular relevância para o setor de construção;
- b) Portugal *Living Labs* para cidades de baixo carbono, na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana do Porto;
- c) Rede Nacional de Reservas da Biosfera.

Há um projeto pré-definido “Rio Ceira - a História, o Ambiente e as populações”, com o objetivo de promover a recuperação de infraestruturas verdes, alertar para as alterações climáticas e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas.

A Secretaria Geral do Ministério do Ambiente (SGMATE) é o operador do programa. O programa foi preparado detalhadamente, envolvendo uma longa negociação, das quais fez parte as principais prioridades a serem abordadas neste primeiro encontro com os atores-chave (*stakeholders*) (folha em anexo).

<sup>1</sup> <https://eeagrants.org/Who-we-are/How-we-work/Priorities-for-the-EEA-and-Norway-Grants-2014-2021-consulted-and->

[finalised/Priority-sectors-and-programme-areas-EEA-and-Norway-Grants-2014-2021](#)

## 2. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRIORIDADES

Na identificação das principais oportunidades e temas de intervenção prioritária em que o 'Programa Ambiente' irá focar-se deverá considerar os seguintes critérios:

1. Incentivo para potenciais projetos inovadores;
2. Potencial para catalisar a investigação e o desenvolvimento nas áreas propostas;
3. Potencial para criar novos modelos de governança aplicáveis;
4. Potencial para promover o Crescimento Verde;
5. Potencial para enfrentar os grandes desafios da sociedade;
6. Potencial de cooperação com instituições doadoras e fortalecimento das relações bilaterais.

## 3. Reflexão Estratégica - ORGANIZAÇÃO DO WORKSHOP

### 3.1. Objetivos

O Workshop Reflexão Estratégica é uma oportunidade para os atores-chave se envolverem conjuntamente num processo estruturado de *'brainstorming'* para:

- Identificar as principais oportunidades para alavancar Portugal para o Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono;
- Identificar temas de intervenção prioritários e os tipos de projetos / ações a serem abrangidos pelo Programa.

### 3.2. Preparação do Workshop

O Workshop Reflexão Estratégica é apoiado pela SGMATE e é acompanhado por representantes de Parceiros dos Países Doadores (*Donor Programme Partners* (DPP)) - e do Financial Mechanism Office (FMO).

Os atores-chave receberam antecipadamente o documento para apoiar a sua preparação do workshop.

### 3.3. Principais Questões

As duas questões principais para o *'brainstorming'* foram:

- Quais são as maiores oportunidades e os principais constrangimentos para o país em termos de Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono?
- Que tipo de ações devem ser de preferência apoiadas pelo EEA Grants?

### 3.4. O *Brainstorming* Estruturado

A sessão de *'brainstorming'* estruturado foi coordenada pelo moderador atendendo às seguintes áreas:

- I) Economia Circular e Laboratórios Vivos (*Living Labs*);
- II) Reservas da Biosfera;
- III) Projeto "Rio Ceira".

Decorreu uma volta à mesa para cada pergunta apresentada na seção 3.3 e para cada uma destas três áreas, com um máximo de 2 minutos por participante, que expôs a sua ideia e identificou uma ou duas palavras-chave que resumiram a sua intervenção.

Com base na discussão o moderador e a equipa SGMATE prepararam uma breve apresentação com as principais ideias do grupo que devem ser discutidas no final da sessão.

Esta apresentação, no seu formato final após discussão, foi o resultado do Workshop tendo sido considerado no conteúdo programático do 'Programa Ambiente'.

Nas suas notas de boas vindas, Alexandra Carvalho, Secretária Geral do Ministério do Ambiente, afirmou que o EEA Grants 2014-2021 representa a contribuição da Islândia, Liechtenstein e Noruega para reduzir as disparidades económicas e sociais, e reforçar a cooperação entre 15 países da UE

na Europa do Sul e Central e os países bálticos. Foi assinado um Memorando de Entendimento (MoU) para a implementação do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 em Portugal. Este MoU está em vigor desde 23 de maio de 2017 e inclui um programa no sector prioritário "Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono", com uma dotação de cerca de 28M€. A Secretaria Geral do Ministério do Ambiente (SGMATE) é o operador do programa. Na fase atual, o programa deve ser projetado em detalhe, incluindo as principais prioridades a serem abordadas.

Susana Ramos, Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão em Portugal, apresentou a estrutura do Mecanismo Financeiro EEA Grants para o período 2014-2021, áreas prioritárias, pacote financeiro global, programas, objetivos, áreas de intervenção, entidades responsáveis e pacote financeiro por área, incluindo o orçamento alocado ao Programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono, num total de 28 M € (24 M € do Mecanismo Financeiro EEA Grants).

Barbro Thomsen, *Country Officer - Portugal do Financial Mechanism Office (FMO)*, referiu a dificuldade dos muitos acrónimos e siglas relacionadas com uma Europa Verde,

Competitiva e Inclusiva, reduzindo disparidades e reforçando a cooperação em matéria de ambiente, energia, alterações climáticas e economia de baixo carbono, na qual estamos a trabalhar.

Barbro apresentou o Conteúdo Programático, com o qual iniciou a negociação com a UE, seguido pela Regulamentação, Áreas de programa adotadas pelos doadores, as negociações do memorando de entendimento com cada beneficiário, até este workshop. Explicou em mais detalhes as prioridades do mecanismo financeiro EEA Grants, incluídas no Livro Azul da EEA Grants para 2014-2021, em particular PA11 Ambiente e Ecossistemas e PA13 Alterações Climáticas, Mitigação e Adaptação, e da importância de haver um alinhamento com as prioridades nacionais.

Para o FMO, os EEA Grants têm sido um mecanismo bem-sucedido nas questões do Mar. É o momento de alargar o sucesso obtido com a adoção do novo MoU. A aposta tem que ser direcionada para medidas e ações piloto, não para grandes infraestruturas, e fundamental a consulta e a concertação de opiniões entre doadores e beneficiários. Para apoiar essa ideia é importante fazer um relatório anual de ponto de situação do trabalho desenvolvido.

Tore Lasse, Diretor de Programa, da Innovation Norway, Parceiro de Países Doadores para o Programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono, saudou os participantes e desejou boa sorte para o workshop.

Susana Escária, Diretora do Departamento de Prospetiva e Planeamento da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente, explicou as prioridades do Governo Português, no caso do ambiente, onde deve ser dada especial atenção a: a) Economia Circular, com particular relevância para o setor de construção; b) Portugal *Living Labs* para cidades de baixo carbono, na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana do Porto; c) Rede Nacional de Reservas da Biosfera. Há um projeto pré-definido “Rio Ceira - a História, o Ambiente e as populações”, com o objetivo de promover a recuperação de infraestruturas verdes, alertar para as alterações climáticas e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas. Além disso, Susana Escária mencionou a importância de identificação das principais oportunidades e temas de intervenção prioritária em que o Programa “Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono” irá focar-se, atendendo aos seguintes critérios: Incentivo para potenciais projetos inovadores de

incentivo; Potencial para catalisar a investigação e o desenvolvimento nas áreas propostas; Potencial para criar novos modelos de governança aplicáveis; Potencial para promover o Crescimento Verde; Potencial para enfrentar os grandes desafios da sociedade; Potencial de cooperação com instituições doadoras e fortalecimento das relações bilaterais. Susana Escária concluiu dizendo que o Workshop de Reflexão Estratégica é uma oportunidade para os atores-chave se envolverem conjuntamente num processo estruturado de “brainstorming” para:

- Identificar as principais oportunidades para alavancar Portugal para o Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono;
- Identificar os principais constrangimentos para o país em termos de Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono;
- Identificar temas de intervenção prioritários e os tipos de projetos / ações a serem abrangidos pelo Programa.

Sarolta Varnai, do Secretariado Financeiro (*Financial Mechanism Office*) dos EEA Grants coordenou o processo de facilitação da sessão, explicando em plenário a metodologia para o “brainstorming”

estruturado das discussões em grupo para dar uma visão global das prioridades e interesses dos atores-chave em: Economia Circular e *Living Labs* (dois grupos), e em Reservas da Biosfera e Projeto “Rio Ceira” (um grupo). Depois de uma pausa curta para o café e dos trabalhos em grupo, Sarolta Varnai moderou as apresentações dos grupos e a definição dos próximos passos, momentos dedicados à apresentação e discussão das principais necessidades identificadas em cada grupo. A discussão em deu muitas ideias e excelentes contributos.

Mais de 50 pessoas participaram no workshop, incluindo 38 participantes de entidades e 26 partes interessadas - associações, organismos públicos, universidades e Organizações Não Governamentais. Alguns destaques dos três grupos de discussão:

#### **ECONOMIA CIRCULAR E *LIVING LABS* - GRUPO 1 – Principais Conclusões**

A este grupo foi proposta a discussão dos interesses / motivações da sua participação e sugestões / expectativas que possam ter:

- Interesses / motivações de participação:  
Trabalho desenvolvido na área temática;  
Necessidades do território;  
Recuperação de resíduos;

Os impactos da indústria sobre o ambiente e a dificuldade de implementar economia circular neste sector;

Importância da eficiência dos recursos e matérias-primas e da reutilização de materiais, nomeadamente no sector da construção;

Maneiras de explorar economia circular como medida de mitigação e redução de GEE nas cidades;

Alinhar as prioridades, em particular com a Estratégia Europeia para as Cidades Sustentáveis 2020.

- Sugestões / expectativas:

Destacar a importância da biodiversidade;

Parcerias tecnológicas e adaptação de materiais e tecnologias;

EEA Grants como um complemento das sinergias entre as empresas e a sociedade, especialmente na economia circular;

Criação de laboratórios vivos para áreas específicas;

Criação de laboratórios vivos de tecnologia energética para garantir a substituição de combustíveis fósseis e acabar com a dependência energética (Açores);

Monitorizar os impactos de iniciativas em curso.

Conclusões do Grupo 1 - no domínio dos **Laboratórios Vivos** (*Living Labs*) :

O maior problema é o foco exclusivo em áreas metropolitanas, deixando pouco espaço para as áreas rurais ou menos urbanizadas.

**Na economia circular:**

É necessário explorar novas tecnologias para reutilização de resíduos e dar mais eficiência aos produtos provenientes de resíduos. É possível apoiar o desenvolvimento de novas metodologias para melhorar a qualidade e segurança do produto final.

O EEA Grants deve ser um instrumento financeiro de complemento para opções alternativas; por exemplo, promover o uso de resíduos na construção; financiar o que não é (equipamentos, recursos humanos). Ao financiar os processos e metodologias devem ser definidas estratégias.

No sector da construção, para além da gestão de resíduos de construção e demolição é fundamental a promoção da gestão de resíduos com origem em todas as fontes intervenientes.

No sector metalúrgico é necessário criar novos produtos; Simulação - para prever problemas, e Produtos de gestão de ciclo de vida - para aumentar a eficiência dos produtos; são exemplos que vão economizar

tempo, energia e recursos, num setor na sua maioria composto por pequenas e médias empresas.

No setor da cerâmica, os maiores custos são com energia e matérias-primas, a produção de resíduos é da ordem das toneladas e os produtos à base de resíduos (produtos secundários) são mais caros e menos acessíveis. É necessário promover políticas que melhorem o consumo de produtos secundários, mesmo que signifique mais custos; Regularizar / normalizar a legislação para assegurar a qualidade do produto; e criar simbioses intersectoriais para produtos secundários de outros sectores.

É necessário e importante validar os resultados obtidos e partilhar experiências.

É importante apostar na tecnologia emergente nos diferentes sectores para melhorar os produtos e eficiências. Tendo presente tecnologias como a Internet das Coisas (IoT), a eficiência energética, a mobilidade de baixo carbono e mobilidade como um serviço, e as cidades inteligentes.

Os pontos principais são a investigação, recursos humanos, educação e formação.

É possível estimular uma relação entre o Operador de Programa e outras entidades

especializadas, que será responsável pela execução dos projetos.

As entidades que pedem financiamento têm de arranjar cofinanciamento nacional.

## ECONOMIA CIRCULAR E LIVING LABS - GRUPO 2 – Principais Conclusões

A este grupo foi proposta a discussão das restrições / lacunas e das prioridades de ação, e a participação foi muito animada.

- **Restrições / lacunas:**

Necessidade de informação em I&D orientada para reconstrução / desconstrução, para que os componentes e materiais sejam reutilizados ou reciclados; potencial para a utilização de materiais.

Necessidade de um modelo de governança e de planeamento e gestão integrada.

Necessidade de uma estratégia nacional com claras especificidades sectoriais e territoriais (exemplo onde estamos em falta com essa abordagem: ações de mitigação e adaptação das alterações climáticas).

Necessidade de planos de ação detalhados.

Necessidade de determinar o impacto ambiental dos produtos, bem como dos resíduos.

Necessidade de informação e dados reais relacionados com materiais e componentes.

Este tipo de informação deve chegar ao decisor.

Necessidade de governança e de informar o decisor sobre quais os materiais que são mais adequados.

Necessidade de um vocabulário comum em Economia Circular e de uma abordagem para toda a cadeia de valor do sector da construção (exemplo do Projeto Horizonte 2020 - Paperchain).

Necessidade de educação e de informação e sensibilização para a Economia Circular (por exemplo, universidades que oferecem cursos em Economia Circular).

Necessidade de educação para a mudança de comportamento do consumidor.

Necessidade de adotar novos modelos de negócio e de transformação e desclassificação de resíduos em matérias-primas.

O problema dos custos para as empresas: custos na entrega de resíduos às empresas de gestão de resíduos, e custos mais elevados da utilização de materiais de reciclagem do que o custo das matérias-primas. Algum tipo de custos não é bem refletido na cadeia de valor do produto.

- **Ações prioritárias:**

O financiamento é crucial e Portugal tem de agarrar a oportunidade de ter o financiamento e o conhecimento do EEA Grants. Os EEA Grants devem ser complementares a outros mecanismos de financiamento europeus e nacionais. Podem igualmente ser desenhados outros instrumentos que induzam um comportamento sustentável, como vouchers.

Prioridades das ações deverão estar alinhadas com as prioridades nacionais de investigação em economia circular como: energia e economia circular; conceção de novos produtos e processos; economia partilhada e novos modelos de negócio; gestão sustentável de toda a cadeia de valor; novos modelos de negócio associados à mudança de comportamento do consumidor com base em inovação tecnológica e inovação social.

Prioridades para a Política Agrícola alinhar com a Estratégia Nacional para o resto da economia em estratégias de Ambiente, Alterações Climáticas e de economia de baixo carbono.

A região do Alentejo criou um Fórum de Economia Circular e está a implementar um modelo de governança integrada. Além

disso, alguns projetos piloto estão já em curso no sector da agricultura. A Estratégia do Alentejo para a Economia Circular está a iniciar.

Região Centro está a implementar desde novembro de 2016, o “Screen Project” no contexto do Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

Ações na área da reconstrução/desconstrução, e as componentes e materiais que são reutilizados e reciclados, bem como a importância da aplicação de metodologias de Análise de Ciclo de Vida (LCA) para a definição de Declarações Ambientais de Produto (EPD).

Usar a abordagem / metodologia *Living Labs* em outros domínios, como por exemplo, na agricultura e pecuária, ou usar diferentes níveis de tecnologia e consolidar em Portugal as melhores soluções. A abordagem / metodologia *Living Labs* é muito forte e ambiciosa e deve ser replicada.

Usar várias soluções ao nível local pode ser muito interessante, como associar a questão dos nutrientes na economia circular com a agricultura, pecuária e Reservas da Biosfera.

Usar materiais reciclados em projetos piloto baseados na abordagem *Living Labs*. Outro bom exemplo é o setor do Turismo.

Recuperação do Programa ECOPOP e do uso de Compras Públicas Ecológicas mais ativamente.

O papel dos *Clusters* de Competitividade na liderança e implementação de estratégias neste domínio; O papel das Comissões Intermunicipais na condução do processo.

Projetos demonstrativos e ações piloto: conhecer as melhores práticas e partilhar novos modelos de negócio que podem crescer em escala.

### RESERVAS DA BIOSFERA E PROJETO “RIO CEIRA”: GRUPO 3 - Principais Conclusões

Os participantes concordaram que i) aprofundar o conhecimento e a monitorização de ecossistemas e ii) envolver as comunidades locais são as principais questões que o Programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono poderia resolver.

Em relação à **questão i) “reforçar o conhecimento e monitorização de ecossistemas”** foi destacada a necessidade de abordar a adaptação às alterações climáticas e os impactos de eventos extremos, em particular sobre os cursos de água. As lacunas de conhecimento também foram identificadas na avaliação dos serviços dos ecossistemas, especialmente sobre áreas de transição, que vão além de

um ecossistema específico. Abordagens multidisciplinares foram mencionadas como mais necessárias, e poderiam ser úteis para uma gestão multiuso.

A transmissão de conhecimentos também foi identificada como um desafio que poderia ser abordado reunindo a comunidade académica e as partes interessadas ativas a nível local, a fim de lidar com as lacunas de conhecimento.

Em relação à questão ii) **“envolver as comunidades locais”**, reforçando a sua capacidade e conscientização, é considerada essencial para o sucesso das atividades no domínio da biodiversidade, nomeadamente através da disseminação do conhecimento. A mitigação dos impactos de intervenção humana foi mencionada como relevante para a conservação do ecossistema, a fim de manter o seu valor. Considerou-se também necessário abordar as especificidades das zonas de montanha e das áreas suscetíveis à desertificação. As Reservas da Biosfera foram consideradas áreas geográficas bem definidas em que a relação das populações locais com a natureza e a biodiversidade é particularmente importante, e que poderiam ser consideradas como área de intervenção piloto.

#### Anexos:

1. Apresentações dos grupos em plenário (palavras-chave)
2. Agenda
3. Os participantes em grupos de discussão

#### Anexo1. Apresentações dos grupos em plenário (palavras-chave)

##### Economia circular

- ✓ Reutilização de resíduos da construção e outros setores
- ✓ Simbioses industriais
- ✓ Projetos demonstrativos
- ✓ Abordagem mais ampla da Economia Circular
- ✓ Economia Circular / Living Labs / soluções energéticas inovadoras
- ✓ Necessidade de novos modelos de negócio
- ✓ Para a Economia Circular as questões centrais são: Reutilização de resíduos do sector da construção; Criação de sinergias entre sectores; Convergência em projetos demonstrativos; e EEA Grants como um complemento financeiro para dar uma maior escala a projetos.

##### Living Labs

- ✓ Escopo mais amplo

- ✓ Mobilidade
  - ✓ Eficiência energética
  - ✓ Cidades inteligentes
  - ✓ Projetos demonstrativos
  - ✓ Ativos financeiros limitados em matéria de resíduos
  - ✓ Escassas ações piloto
  - ✓ Foco geográfico limitado
  - ✓ Living Labs urbanos/ rurais para soluções territoriais
  - ✓ Reforço da cooperação com os órgãos governamentais relevantes
  - ✓ Necessidade de soluções integradas
  - ✓ Alterar o desenho das políticas públicas para a transição para um modelo económico circular
  - ✓ Criar um modelo de governança específico a ser aplicado ao nível nacional
  - ✓ Restrições legais relativas à eliminação entrega de resíduos às empresas de gestão e tratamento de resíduos
  - ✓ Avaliação e gestão adequada dos Recursos Hídricos
  - ✓ Construir uma comunicação adequada
  - ✓ Testar e criar ações piloto
  - ✓ Escassas soluções competitivas
  - ✓ Escassas ações operacionais / cooperativas
  - ✓ Colaboração entre as partes interessadas
  - ✓ Para Living Labs a questão central é: a escala geográfica que é necessária para identificar e testar os problemas
  - ✓ Para criar um *Living Lab* são fundamentais 3 temas: território, educação e formação das partes interessadas e eficiência, para manter um nível mínimo de subsistência.
  - ✓ É necessário promover a integração em todas as cadeias de valor.
- Ambos Economia Circular e Living Labs precisam: comunicação intersectorial; participação / integração de todos os sectores; e estímulo à cooperação em parceria.
- ✓ Foi apontado uma “falha administrativa” entre a orientação nacional e a orientação local em todos os setores; a sugestão foi a criação de um novo modelo de governança para dirimir essa falha, concretamente através de Living Labs.
  - ✓ É necessária uma adaptação legislativa para um processo mais ágil.

### Reservas da Biosfera e Biodiversidade

- ✓ Envolvimento das comunidades locais
  - ✓ Reforço da capacitação / sensibilização
  - ✓ Trabalhar em conjunto em medidas de mitigação
  - ✓ Preparação para eventos extremos
  - ✓ Aprofundar o conhecimento e a monitorização dos ecossistemas
  - ✓ Reforçar a cooperação com zonas de montanha
  - ✓ Reforçar a cooperação entre as partes interessadas, universidade e I&D
  - ✓ Integrar modelos de monitorização e avaliação, e harmonização
  - ✓ Avaliação de lacunas relacionadas com a monitorização
  - ✓ Mais dados de monitorização, harmonização e partilha de dados
  - ✓ Associar as Reservas da Biosfera a Living Labs
  - ✓ Importância do sector agroflorestal principalmente para a adaptação climática e a eficácia do programa
  - ✓ Compreender os valores naturais e os serviços de ecossistema
  - ✓ As principais dificuldades são: a comunicação entre entidades e trabalho conjunto e participação.
- ✓ É necessário promover uma gestão multiuso dos recursos
  - ✓ É importante ter uma gestão integrada do impacto das alterações climáticas.
  - ✓ Para um resultado efetivo é fundamental ter um processo integrado de monitorização; hoje o que temos é recente e não integrado; é necessário mantê-lo em permanência; e os dados recolhidos serão úteis em melhorias.
  - ✓ Em todos os setores a compreensão da natureza e do seu papel é essencial para atingir os objetivos.

Anexo 2.

## AGENDA

<b>08:45 - 09:00</b>	Receção e registo
<b>9:00 - 9:15</b>	<b>Nota de Boas-vindas</b> Alexandra Carvalho, Secretária Geral do Ministério do Ambiente Susana Ramos, Unidade Nacional de Gestão
<b>09:15 - 09:30</b>	<b>EEA Grants 2014-2020</b> Barbro Thomsen, Financial Mechanism Office Tore Lasse por, Diretor de Programa, Financial Mechanism Office
<b>09:30 - 09:40</b>	<b>Informações práticas - principais objetivos e metodologia da sessão</b> Susana Escária, Diretora de Departamento, Secretaria Geral do Ministério do Ambiente Sarolta Varnai, Financial Mechanism Office
<b>9:40-11:00</b>	<b>Discussões em grupo</b> Estão estruturadas para dar uma visão global das prioridades e interesses dos stakeholders em: <ul style="list-style-type: none"><li>• Economia Circular e Living Labs</li><li>• Reservas da Biosfera</li><li>• Projeto “Rio Ceira”</li></ul>
<b>11:00-11:15</b>	<b>Coffee-break</b>
<b>11:15-13:00</b>	<b>Apresentações de grupo e Próximos Passos</b> Apresentação e discussão das principais necessidades identificadas em cada grupo Moderador: Sarolta Varnai, Financial Mechanism Office

**Anexo3.**

**Participantes por grupos de discussão**

**Grupo de discussão 1 - Economia Circular e Living Labs**

*Moderadores (PO): Bertília Valadas, Cecília Loya*

Nome do participante	Nome da Organização
Ana Ponte	ANI - Agência Nacional de Inovação
Eduardo Santos	APA - Agência Portuguesa do Ambiente
Sílvia Machado	APICER - Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica
Luís Rocha	CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica
Marta Otero Rita Falcão	CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
Andreia Carreira	DRA - Direção Regional de Ambiente dos Açores
Sandra Silva	DGPM - Direção-Geral de Política do Mar
Ana Resende	DGT - Direção-Geral do Território
Ana Rita Vacas Linda Almeida	POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

**Grupo de discussão 2 - Economia Circular e Living Labs**

*Moderadores (PO): Susana Escária, Filinto Teixeira*

Nome do participante	Nome da Organização
Jorge Neves	ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias
António Bob Santos	ANI - Agência Nacional de Inovação
Mafalda Evangelista	BCSD - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
Jorge Pulido Valente	CCDR Alentejo - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Maria José Nunes	CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Maria Miguel	CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Alexandra Rodrigues Ana Quintais	CCDR Centro - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Nome do participante	Nome da Organização
Catarina Selada	CEIIA - Centro de Excelência para a Inovação da Indústria Automóvel
Victor Ferreira	Centro Habitat - Cluster Habitat Sustentável
Maria João Bebiano Vanessa Pereira	CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
André Guerreiro	DGAE - Direção-Geral das Atividades Económicas
Conceição Vital	FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria de Construção e Obras Públicas
Sofia Vaz	FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia
Clara Lopes	GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
Carmen Lima Susana Pinto	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza

### Grupo de discussão 3 - Reservas da Biosfera e Projeto “Rio Ceira”

Moderadores (PO): Telma Branco, Rita Ferreira

Nome do participante	Nome da Organização
Paulo Diogo Nuno Bravo	APA - Agência Portuguesa do Ambiente
Margarida Arrobas	CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
Cristina Veiga Pires	CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
Helena Sequeira	GPP - Gabinete e Planeamento, Políticas e Administração Geral
Anabela Trindade	ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
Inês Cardoso	LPN - Liga para a Proteção da Natureza
António Correia Sérgio Leandro	Berlengas - Reserva da Biosfera da Unesco